

Brasil PCH S.A.

*Demonstrações Contábeis referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.d e 12, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG



Jose Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14		Nota	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
ATIVOS						PASSIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	111.428	75.708	122.545	85.855	Fornecedores		610	641	3.635	6.001
Contas a receber de clientes	8	-	-	27.430	40.091	Financiamentos - BNDES	15	-	-	81.293	81.151
Dividendos a receber	11	141.478	136.698	-	-	Empréstimos - PETROS	16	108.057	88.948	108.057	88.948
Adiantamentos a funcionários		-	-	138	171	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		120	145	1.123	1.580
Impostos a recuperar		1.290	2.268	1.730	2.521	Impostos e contribuições a recolher		8	10	1.682	2.650
Despesas antecipadas		18	12	1.554	1.637	Instrumento financeiro derivativo	23	16.995	-	16.995	-
Instrumento financeiro derivativo	23	-	4.737	-	4.737	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.527	1.290
Outras contas a receber		600	638	260	183	Dividendos a pagar	11	25.874	2.767	25.874	2.767
Total dos ativos circulantes		254.814	220.061	153.657	135.195	Receita diferida	3.k	-	-	27.865	112.486
						Provisões para riscos	17	-	-	454	-
Ativos vinculados - BNDES	9	-	-	29.931	63.013	Outros passivos		1.154	423	1.495	1.379
Impostos e contribuições diferidas		-	-	6.875	7.290	Total dos passivos circulantes		152.818	92.934	270.000	298.252
Impostos a recuperar		4.971	2.242	5.291	2.529						
Depósitos judiciais	10	273	-	7.243	11.211	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Investimentos	11	595.394	501.325	-	-	Financiamentos - BNDES	15	-	-	338.880	416.977
Imobilizado	12	51	87	1.132.951	1.171.028	Empréstimos - PETROS	16	544.897	533.980	544.897	533.980
Intangível	13	236	263	18.893	16.278	Provisões para compromissos futuros	26	86	39	42.910	60.310
Diferido	14	21.405	28.979	-	-	Provisões para riscos	17	229	-	445	-
Total dos ativos não circulantes		622.330	532.896	1.201.184	1.271.349	Total dos passivos não circulantes		545.212	534.019	927.132	1.011.267
						Total de passivos		698.030	626.953	1.197.132	1.309.519
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	18	109.032	109.032	109.032	109.032
						Reserva de lucros		70.082	16.972	48.677	(12.007)
						Total do patrimônio líquido		179.114	126.004	157.709	97.025
TOTAL DOS ATIVOS		877.144	752.957	1.354.841	1.406.544	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		877.144	752.957	1.354.841	1.406.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	-	-	348.610	235.091
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA		-	-		
Custos com depreciação e amortização		-	-	(35.104)	(35.220)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		-	-	(15.896)	-
Custos com pessoal		-	-	(13.807)	(14.580)
Custos com manutenção		-	-	(5.606)	(7.636)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(4.774)	(4.020)
Custos com seguros		-	-	(3.128)	(3.036)
Custos com operação		-	-	(3.085)	(4.387)
Taxas setoriais		-	-	(784)	(1.859)
Custos com meio ambiente		-	-	(387)	(4.630)
Outros custos		-	-	(1.321)	(2.890)
		-	-	(83.892)	(78.258)
LUCRO BRUTO		-	-	264.718	156.833
DESPESAS OPERACIONAIS	20				
Pessoal		(1.498)	(1.795)	(7.060)	(9.080)
Administrativas e gerais		(110)	(290)	(2.397)	(5.961)
Amortização de despesas pré operacionais		(7.574)	(7.574)	-	-
Outras despesas operacionais		(790)	(149)	(4.399)	(2.561)
		(9.972)	(9.808)	(13.856)	(17.602)
Resultado de equivalência patrimonial	11	206.958	89.455	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		196.986	79.647	250.862	139.231
Despesas financeiras	21	(129.639)	(80.192)	(172.963)	(124.703)
Receitas financeiras	21	11.637	12.196	18.574	15.069
		(118.002)	(67.996)	(154.389)	(109.634)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.984	11.651	96.473	29.597
Corrente	22	-	-	(9.595)	(13.140)
Diferido	22	-	-	(320)	3.016
		-	-	(9.915)	(10.124)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		78.984	11.651	86.558	19.473
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,84	0,12		
Quantidade média ponderada de ações		94.187.131	97.898.865		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	78.984	11.651	86.558	19.473
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>78.984</u>	<u>11.651</u>	<u>86.558</u>	<u>19.473</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reserva de Capital		Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
	Capital social	Ágio	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	109.032	16.888	9.274	-	42.966	-	178.160
Resgates ações preferenciais	-	(16.888)	-	-	(20.427)	-	(37.315)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	(22.539)	-	(22.539)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.651	11.651
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	11.651	11.651
Destinações							
Reserva legal	-	-	583	-	-	(583)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.767)	(2.767)
Remuneração de ações preferenciais	-	-	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	7.115	-	(7.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>109.032</u>	<u>-</u>	<u>9.857</u>	<u>7.115</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126.004</u>
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(7.115)	-	-	(7.115)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	78.984	78.984
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	78.984	78.984
Destinações							
Reserva legal	-	-	3.949	-	-	(3.949)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.759)	(18.759)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	56.276	-	(56.276)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>109.032</u>	<u>-</u>	<u>13.806</u>	<u>56.276</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>179.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reserva de Capital	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
	Capital social	Ágio	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	109.032	16.888	9.274	-	6.165	-	141.359
Resgates ações preferenciais	-	(16.888)	-	-	(6.165)	(14.262)	(37.315)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(22.539)	(22.539)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.473	19.473
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	19.473	19.473
Destinações							
Reserva legal	-	-	583	-	-	(583)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.767)	(2.767)
Remuneração de ações preferenciais	-	-	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	7.115	-	(7.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	109.032	-	9.857	7.115	-	(28.979)	97.025
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(7.115)	-	-	(7.115)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	86.558	86.558
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	86.558	86.558
Destinações							
Reserva legal	-	-	3.949	-	-	(3.949)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.759)	(18.759)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	56.276	-	(56.276)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	109.032	-	13.806	56.276	-	(21.405)	157.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		78.984	11.651	96.473	29.597
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	-	-	(276)	2.155
Juros sobre empréstimos e financiamentos	21	121.537	80.192	164.739	124.672
Rendimentos de ativos vinculados - BNDES		-	-	(5.098)	(6.432)
Depreciação e amortização		7.637	7.741	35.104	34.968
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		-	-	15.896	-
Equivalência patrimonial	11	(206.958)	(89.455)	-	-
Constituição do ajuste MRE		-	-	11.969	112.486
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	95	(3.290)
Perda (ganho) com instrumento financeiro derivativo	19 e 21	8.100	(4.737)	8.100	(4.737)
Constituição de provisão para compromissos futuros		47	39	-	(90)
Provisão para riscos	17	229	-	899	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	12.661	(3.859)
Adiantamento de funcionarios		-	-	33	(15)
Impostos a recuperar		(1.751)	185	(1.164)	(8.467)
Despesas antecipadas		(6)	1	(15.813)	(676)
Outras contas a receber		38	(638)	(77)	(52)
Depositos judiciais		(273)	-	(273)	-
Instrumento financeiro derivativo		13.632	-	13.632	-
Fornecedores		(31)	594	(2.366)	(2.793)
Obrigações trabalhistas e previdenciarias		(25)	124	(457)	1.254
Impostos e contribuições a recolher		(2)	(11)	(6.301)	(876)
Provisao de férias e 13º salario		-	-	237	(254)
Outros passivos		731	251	116	311
Receita diferida		-	-	(96.590)	(14.623)
Provisão para compromissos futuros		-	-	(3.025)	-
Dividendos recebidos		108.109	135.221	-	-
Caixa Gerado nas operações		129.998	141.158	228.514	259.279
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(63.510)	(51.543)	(105.259)	(96.179)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(4.262)	(3.804)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		66.488	89.615	118.993	159.296
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Recebimento (constituição) de depósitos judiciais		-	-	10	(2.316)
Resgate de ativos vinculados - BNDES		-	-	37.373	9.076
Pagamento de imobilizado adquirido em exercícios anteriores		-	-	(6.299)	-
Aquisição de imobilizado	12	-	(17)	(3.224)	(4.763)
Caixa recebido por sinistro de ativo imobilizado	12	-	-	368	3.900
Aquisição de intangível	13	-	-	(355)	(54)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		-	(17)	27.873	5.843
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos		(2.767)	(40.505)	(2.767)	(40.505)
Resgate de ações preferenciais	18	-	(55.524)	-	(55.524)
Financiamentos pagos		(28.001)	(28.000)	(107.409)	(107.350)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(30.768)	(124.029)	(110.176)	(203.379)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		35.720	(34.431)	36.690	(38.240)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.708	110.139	85.855	124.095
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		111.428	75.708	122.545	85.855
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		35.720	(34.431)	36.690	(38.240)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”) constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCH Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com 291MW de potência instalada, devidamente autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm,. Iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029. Quanto à garantia física, a Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previstos na Portaria MME 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil Energia S.A. obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que retornou de 13,09 MWm para 14,54 MWm. De momento, aguarda-se o julgamento do mérito.

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 21MW e garantia física de 13,2 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 30MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 15MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física de da PCH Jataí de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 19MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031. Em 17 de setembro de 2015 a ANEEL notificou a Companhia a possibilidade de exclusão do empreendimento do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa obteve em juízo decisão liminar impedindo a exclusão de suas associadas que já haviam sido excluídas do mecanismo. Dessa forma, a Bonfante através da ABRAGEL entrou com agravo de instrumento para ampliação da decisão para as empresas notificadas da possibilidade de exclusão, mas ainda não excluídas do MRE. Em 29 de janeiro de 2015, através da portaria nº 30 do Ministério de Minas e Energia - MME, foi deliberado a revisão a menor da garantia física da Companhia, em 5%, passando de 12,81 MW para 12,17 MW a partir de julho de 2015. Quanto à garantia física do empreendimento, a ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 MWm para 12,81 MWm. De momento, aguarda-se o julgamento do mérito.

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó”)

A PCH Fumaça IV está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dorcas do Rio Preto, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 4,5MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029. Em 29 de janeiro de 2015, através da portaria nº 30 do Ministério de Minas e Energia - MME, foi deliberado a revisão a menor da garantia física da Companhia, em 5% passando de 2,48 MW para 2,36 MW. Quanto à garantia física do empreendimento, a ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 2,36 MWm para 2,61 MWm. De momento, aguarda-se o julgamento do mérito.

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 25MW e garantia física 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031. Em 29 de janeiro de 2015, através da portaria nº 30 do Ministério de Minas e Energia - MME, foi deliberado a revisão a menor da garantia física da Companhia, em 5%, passando de 18,28 MW para 17,37 MW a partir de julho de 2015. Quanto à garantia física do empreendimento, a ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 MWm para 18,28 MWm. De momento, aguarda-se o julgamento do mérito.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 27MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 30MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033. Em 29 de janeiro de 2015, através da portaria nº 30 do Ministério de Minas e Energia - MME, foi deliberado a revisão a menor da garantia física da Companhia, em 5%, passando de 18,41 MW para 17,49 MW a partir de julho de 2015. Quanto à garantia física do empreendimento, a ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 MWm para 18,41 MWm. De momento, aguarda-se o julgamento do mérito.

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás. Tem capacidade instalada de 18MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10

de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revisando o valor da garantia física de da PCH Retiro Velho de 11,06 MWm para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012. Em 29 de janeiro de 2015, através da portaria nº 30 do Ministério de Minas e Energia - MME, foi deliberado a revisão a menor da garantia física da Companhia, em 5% passando de 13,15 MW para 12,49 MW. Quanto à garantia física do empreendimento, a ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 MWm para 13,15 MWm. De momento, aguarda-se o julgamento do mérito.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação e energia anual assegurada das investidas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, os números mostram no consolidado capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 116.343 (R\$ 163.057 em 31 de dezembro de 2014). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, e junto a ELETROBRAS, decorrente do ajuste MRE, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações contábeis. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia

Todas as controladas fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, mitigado o risco hidrológico com as usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das Companhias no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Excepcionalmente para o ano de 2015, em decorrência de diversas decisões liminares, a CCEE promoveu a liquidação exclusivamente do período de janeiro a setembro de 2015, restando pendentes os demais meses. Os efeitos negativos informados pela ELETROBRAS somam até o mês de setembro R\$86.726. A Companhia estima para o exercício de 2015 o montante de R\$96.898 registrados na conta contábil de receita diferida no passivo.

1.2. Repactuação do risco hidrológico

Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 688, que dispõe, dentre outros, acerca da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica.

Em 8 de dezembro de 2015 tal MP foi convertida na Lei nº 13.203/2015, restando estabelecido que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE poderá ser repactuado, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015, desde que anuído pela ANEEL, mediante contrapartida dos agentes de geração materializada no pagamento de prêmio de risco e na desistência de ações judiciais que requeiram isenção e/ou mitigação do risco hidrológico.

As empresas do Grupo Brasil PCH apresentaram à ANEEL, em 29 de dezembro de 2015, a sua opção pela repactuação integral do risco hidrológico que resultará no recolhimento de prêmio no valor de R\$9,50/MWh (atualizado anualmente pelo IPCA, considerando o período base de janeiro de 2015). Com isso o risco hidrológico passou a ser integralmente assumido pelo consumidor final, desde 1º de janeiro de 2015, de modo que o valor do prêmio a partir dessa data até 30 de junho de 2020 não será recolhido, justamente para neutralizar os efeitos do GSF (“*Generation Scale Factor*”) verificados no exercício de 2015.

No dia 15 de janeiro de 2016, à ANEEL anuiu os pedidos de repactuação das PCHs conforme despachos publicados no Diário Oficial da União.

No dia 25 de janeiro de 2016 as PCHs protocolaram na ANEEL os termos de repactuação integral do risco hidrológico da Companhia na modalidade SP 100.

1.3. Revisão da Garantia Física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (“ABRAGEL”) de suspensão das portarias que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009, com o devido restabelecimento das garantias físicas aos seus montantes originais, além da suspensão do procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física previsto no mesmo regulamento para todas as PCHs, em exceção da Funil Energia S.A.

Em 23 de novembro de 2015 a Funil Energia S.A. obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física.

De momento, aguarda-se o julgamento do mérito. Importante mencionar que as controladas não consideram os efeitos das liminares na apuração do resultado das suas operações, e, portanto, reconhece a receita considerando as reduções de garantia física que ocorreram até o momento.

1.4. Sinistro PCHs Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat

A unidade geradora da Bonfante ficou indisponível no final de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Em abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, após reparos no multiplicador de velocidade. Em novembro de 2013, houve nova interrupção da unidade em função da substituição de algumas peças, retomando a produção em janeiro de 2014, entretanto, em seguida havendo nova paralisação para correção de vazamento no circuito da unidade hidráulica de regulação - UHR, devidamente sanada em janeiro de 2014. A Bonfante recebeu adiantamentos da seguradora que montam em R\$ 8.000, sendo R\$ 3.000 em 2014 e R\$ 5.000 em 2013.

A unidade geradora II da Monte Serrat ficou indisponível no final de 2013, devido a verificações de danos na grade de proteção da unidade geradora II, sendo a produção retomada em fevereiro de 2014. A Companhia recebeu adiantamento da seguradora no montante de R\$ 1.268, sendo R\$ 368 em 2015 e R\$ 900 em 2014.

Os valores adiantados pela seguradora para cobrir os gastos já incorridos com os sinistros foram registrados como redutores do custo de aquisição dos ativos em que ocorreram os sinistros.

Os encerramentos de ambos os sinistros estão em discussão com as seguradoras, tendo a sua conclusão esperada pela Administração da companhia no exercício de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada ou cancelada.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. A nota explicativa nº 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente.

(c) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas mantiveram o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012, que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado às controladas indiretas. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando, inclusive, as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 27.

Autorização e indenização

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que as controladas indiretas restabeleçam, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(e) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(f) Diferido

Registrado ao custo de formação. Na Companhia, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos, com previsão final de amortização para o ano de 2018.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser eliminado contra as reservas de lucros.

(g) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(h) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

(k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

(l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCH Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A sistemática fiscal adotada pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(p) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

(i) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício Corrente

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram diversas emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015.

- Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos: contribuições dos empregados.

Exige que as contabilizações de contribuições a empregados sejam realizadas conforme segue:

- i. As contribuições discricionárias feitas por empregados ou terceiros são contabilizadas como redução do custo do serviço sobre o pagamento para os planos;
- ii. As contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos são contabilizadas como redução do custo do serviço, apenas se essas contribuições estiverem vinculadas ao serviço. Especificamente, quando o valor da contribuição depende do tempo (anos) de serviço, o custo do serviço é reduzido atribuindo-se as contribuições aos períodos de serviço da mesma maneira como se atribuiu o

benefício. Por outro lado, quando essas contribuições são determinadas com base em um percentual fixo do salário (isto é, independentemente do número de anos de serviço), a Companhia reconhece a redução do custo do serviço no período no qual os respectivos serviços são prestados.

- Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2010-2012 e ciclo de IFRSs 2011-2013

As alterações às IFRSs trazem melhorias relacionadas a divulgações e registros relativos aos ciclos de IFRSs apresentados.

A Administração avaliou todas as novas normas acima resumidas e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes;
- c) Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Acordo contratual conjunto;
- d) Modificações às IAS 1/CPC 26 (R1) - Iniciativa de Divulgação;
- e) Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- f) Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 - Agricultura: Plantas produtivas;
- g) Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*;
- h) Modificações à IFRS 10 / CPC 36 / IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação;
- i) Modificações as IFRSs - Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014.

A Administração do Grupo não acredita que a aplicação dessas alterações tenha um efeito relevante sobre suas demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações contábeis da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas

financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 8.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 94% a 101% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 7. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (IGP-M - índice de reajuste do contrato) e pelas suas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (TJLP - índice de reajuste do contrato), conforme apresentado nas notas explicativas nº 15 e 16.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 23.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 25.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

A Companhia e suas controladas indiretas possuem empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (“*covenants*”). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 15.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo visto que suas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações contábeis. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram sua exposição ao mercado de energia de curto prazo.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Provisões para contingências: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Controladora não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (vi) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas. A receita diferida foi registrada até o mês de setembro com base em valores divulgados pela CCEE, porém o relatório contendo os meses de outubro, novembro e dezembro será disponibilizado após a emissão das demonstrações contábeis e a provisão exige a avaliação dos dados disponíveis até a data do cálculo. A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da sua controlada direta PCH Participações S.A e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e consolidado:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<u>Patrimônio líquido</u>		
Saldo da controladora	179.114	126.004
Ativo diferido da controladora baixado para fins de consolidação	<u>(21.405)</u>	<u>(28.979)</u>
Saldo do consolidado	<u>157.709</u>	<u>97.025</u>
<u>Resultado</u>		
Lucro líquido do exercício - Controladora	78.984	11.651
Reversão da amortização do diferido	<u>7.574</u>	<u>7.822</u>
Lucro líquido do exercício - Consolidado	<u>86.558</u>	<u>19.473</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Bancos	7	436	46	671
Aplicações financeiras	<u>111.421</u>	<u>75.272</u>	<u>122.499</u>	<u>85.184</u>
	<u>111.428</u>	<u>75.708</u>	<u>122.545</u>	<u>85.855</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 94% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Contas a receber de clientes - ELETROBRAS	<u>27.430</u>	<u>40.091</u>
	<u>27.430</u>	<u>40.091</u>

As contas a receber da ELETROBRAS referem-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas indiretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA.

O período médio de crédito nas contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. As suas controladas indiretas não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis.

9. ATIVOS VINCULADOS - BNDES

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2015, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados aos contratos firmados com o BNDES.

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 97% e 98%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a sua controlada direta PCH Participações S.A. firmou termo aditivo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e eliminou a sua obrigatoriedade de manutenção de saldo mínimo na conta de reserva especial como garantia aos financiamentos contratados, sendo que antes dos aditivos a referida reserva deveria atingir o limite mínimo de três vezes do valor da última prestação vencida acumulada das 13 PCHs (controladas indiretamente pela Companhia). A garantia para cada uma das 13 PCHs não foi alterada.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Controladora

Os depósitos judiciais no montante de R\$273 referem-se à contingência tributária relativo ao PIS/ COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15.

Consolidado

Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público.

De acordo com a posição dos advogados, nos processos em que os depósitos atualizados não são suficientes para fazer face as indenizações de terras, as controladas indiretas registram uma provisão adicional no passivo, no grupo de provisão para compromissos futuros, em contrapartida com o ativo em processo de aquisição.

Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Tributários	273	-
Servidão, desapropriação de terras	<u>6.970</u>	<u>11.211</u>
	<u>7.243</u>	<u>11.211</u>

11. INVESTIMENTOS E PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pelos acionistas Chipley SP Participações S.A., empresa pertencente à Renova Energia S.A., e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroriver S.A.).

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
No início do exercício	501.325	551.193
Dividendos adicionais aprovados	(63.736)	(118.077)
Dividendos mínimos obrigatórios	(49.153)	(21.246)
Equivalência patrimonial	<u>206.958</u>	<u>89.455</u>
No fim do exercício	<u>595.394</u>	<u>501.325</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCH Participações S.A. em 2015 e 2014 são apresentados como segue:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Ativo circulante	89.133	22.563
Ativo não circulante	647.825	615.726
Passivo circulante	141.479	136.879
Passivo não circulante	85	85
Patrimônio líquido	595.394	501.325

Os principais saldos de resultado da PCH Participações S.A. em 2015 e 2014 são apresentados como segue:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Lucro antes do resultado financeiro	205.619	87.073
Lucro antes dos impostos	206.996	90.293
Lucro líquido	206.958	89.455

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2015 e 2014 são apresentados como segue:

	<u>31/12/15</u>				
	<u>Ativos</u> <u>circulantes</u>	<u>Ativos não</u> <u>circulantes</u>	<u>Passivos</u> <u>circulantes</u>	<u>Passivos não</u> <u>circulantes</u>	<u>Patrimônio</u> <u>líquido</u>
Bonfante	2.533	82.412	16.476	27.930	40.539
Calheiros	2.257	73.168	16.890	26.006	32.529
Caparaó	642	23.025	3.698	5.413	14.556
Carangola	2.062	53.781	10.917	16.349	28.577
Funil	2.555	78.517	16.161	23.501	41.410
Irara	3.522	112.761	22.216	41.048	53.019
Jataí	4.003	110.521	24.564	34.994	54.966
Monte Serrat	4.256	122.190	19.662	40.885	65.899
Retiro Velho	3.094	106.419	14.746	27.467	67.300
Santa Fé	5.961	139.153	17.595	50.347	77.172
São Joaquim	2.832	71.159	10.720	20.951	42.320
São Pedro	3.944	123.977	15.243	32.348	80.330
São Simão	3.056	98.251	17.822	34.597	48.888

	<u>31/12/14</u>				
	<u>Ativos</u> <u>circulantes</u>	<u>Ativos não</u> <u>circulantes</u>	<u>Passivos</u> <u>circulantes</u>	<u>Passivos não</u> <u>circulantes</u>	<u>Patrimônio</u> <u>líquido</u>
Bonfante	2.962	85.753	16.321	34.646	37.748
Calheiros	3.187	74.479	14.452	30.892	32.322
Caparaó	770	23.897	3.424	6.807	14.436
Carangola	2.237	55.507	11.624	20.629	25.491
Funil	2.925	80.971	16.253	29.619	38.024
Irara	4.218	115.531	21.275	48.836	49.638
Jataí	4.481	114.506	22.745	49.336	46.906
Monte Serrat	5.341	127.819	21.842	50.885	60.433
Retiro Velho	3.963	112.751	16.939	36.387	63.388
Santa Fé	9.824	144.689	28.980	61.054	64.479
São Joaquim	3.904	72.930	15.107	26.232	35.495
São Pedro	5.636	126.913	21.431	39.064	72.054
São Simão	3.613	101.511	18.543	42.775	43.806

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2015 e 2014 são apresentados como segue:

	31/12/15				
	<u>Receita</u>	<u>Lucro</u>	<u>Lucro</u>	<u>Lucro</u>	<u>Lucro</u>
	<u>líquida</u>	<u>bruto</u>	<u>antes do</u>	<u>antes dos</u>	<u>líquido</u>
			<u>resultado</u>	<u>impostos</u>	
			<u>financeiro</u>		
Bonfante	23.051	17.228	17.040	14.364	13.682
Calheiros	19.703	13.787	13.210	10.545	10.014
Caparaó	4.456	2.753	2.699	2.124	2.023
Carangola	17.473	12.657	12.270	10.424	9.959
Funil	23.507	17.767	17.095	14.384	13.731
Irara	33.375	25.344	24.986	21.051	20.108
Jataí	38.324	30.261	29.104	25.474	24.354
Monte Serrat	32.625	24.951	24.349	20.348	19.409
Retiro Velho	23.832	17.265	16.952	14.289	13.632
Santa Fé	47.675	37.128	32.136	28.423	26.988
São Joaquim	24.189	19.204	18.681	16.423	15.758
São Pedro	32.792	25.618	24.755	21.397	20.465
São Simão	27.603	20.755	20.096	16.362	15.608

	31/12/14				
	<u>Receita</u>	<u>Lucro</u>	<u>Lucro</u>	<u>Lucro</u>	<u>Lucro</u>
	<u>líquida</u>	<u>bruto</u>	<u>antes do</u>	<u>antes dos</u>	<u>líquido</u>
			<u>resultado</u>	<u>impostos</u>	
			<u>financeiro</u>		
Bonfante	15.583	10.160	9.859	6.976	6.017
Calheiros	13.047	7.274	6.302	3.546	3.044
Caparaó	3.116	1.257	1.179	629	515
Carangola	11.664	7.081	6.736	4.797	4.380
Funil	17.928	13.064	12.117	9.231	8.580
Irara	21.823	14.064	13.382	9.274	8.465
Jataí	24.015	16.063	14.885	10.997	10.129
Monte Serrat	21.288	13.530	12.828	8.579	7.565
Retiro Velho	15.463	8.542	8.155	5.394	4.831
Santa Fé	29.964	20.858	16.599	12.350	11.067
São Joaquim	16.031	11.754	10.327	7.865	7.284
São Pedro	22.010	16.046	14.639	11.109	10.285
São Simão	18.421	12.192	11.239	7.374	6.677

(c) Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: suas controladoras, suas controladas diretas e indiretas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Ativo circulante - Outras contas a receber	<u>600</u>	<u>638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>600</u>	<u>638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo circulante - Dividendos a receber PCH Participações S.A.	<u>141.478</u>	<u>136.698</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>141.478</u>	<u>136.698</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante - Dividendos a pagar Chipley SP Participações S.A.	13.196	1.411	13.196	1.411
BSB Energética S.A.	3.803	949	3.803	949
Eletroriver S.A.	<u>8.875</u>	<u>407</u>	<u>8.875</u>	<u>407</u>
	<u>25.874</u>	<u>2.767</u>	<u>25.874</u>	<u>2.767</u>

(d) Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 20 de março de 2015, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2015 em, no máximo, R\$1.748 (R\$1.577 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$1.480 na controladora e R\$268 para as demais empresas. A Diretoria da Companhia é formada por dois diretores que tiveram remuneração anual de R\$1.480 na Controladora e R\$1.748 no Consolidado.

12. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Depreciação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos		-	-	66.863	73.971
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	128.027	131.696
Conduto forçado	3,13%	-	-	33.961	34.991
Gerador	3,33%	-	-	80.057	83.507
Comporta	3,33%	-	-	23.595	25.040
Subestação unitária	3,57%	-	-	57.300	60.062
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	23.428	24.503
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	382.318	389.037
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	274.484	282.615
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	3.334	3.584
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	<u>51</u>	<u>87</u>	<u>59.584</u>	<u>62.022</u>
		<u>51</u>	<u>87</u>	<u>1.132.951</u>	<u>1.171.028</u>

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas consideram as taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta nas Resoluções da ANEEL, a qual concede às PCHs a autorização para se estabelecer como produtoras independentes, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado às controladas indiretas. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas monitoram os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avaliam o valor recuperável de seus ativos sempre que identificam indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data destas demonstrações contábeis, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1).

(b) Movimentação

<u>Descrição</u>	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Sinistro</u>	<u>31/12/15</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	73.971	-	(7.108)	-	-	66.863
Turbina hidráulica	155.467	94	-	-	-	155.561
Conduto forçado	43.547	337	-	-	-	43.884
Gerador	105.078	49	-	-	-	105.127
Comporta	31.603	6	-	-	(368)	31.241
Subestação unitária	77.362	-	(1)	-	-	77.361
Estrutura de tensão	30.102	-	-	-	-	30.102
Casa de força produção hidráulica	443.385	1.914	(10)	251	-	445.540
Reservatório, barragem, adutora	319.795	-	(1.980)	-	-	317.815
Adiantamento a fornecedores	3.584	2	(1)	(251)	-	3.334
Outras máquinas e equipamentos	79.384	822	(25)	-	-	80.181
	<u>1.363.278</u>	<u>3.224</u>	<u>(9.125)</u>	<u>-</u>	<u>(368)</u>	<u>1.357.009</u>
Depreciação acumulada	<u>(192.250)</u>	<u>(32.142)</u>	<u>334</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(224.058)</u>
	<u>1.171.028</u>	<u>(28.918)</u>	<u>(8.791)</u>	<u>-</u>	<u>(368)</u>	<u>1.132.951</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/13</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Sinistro</u>	<u>31/12/14</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	73.456	515	-	-	-	73.971
Turbina hidráulica	160.700	111	(2.343)	-	(3.000)	155.467
Conduto forçado	43.058	168	-	321	-	43.547
Gerador	105.041	41	(5)	-	-	105.078
Comporta	31.617	886	-	-	(900)	31.603
Subestação unitária	77.362	-	-	-	-	77.362
Estrutura de tensão	27.805	85	-	2.212	-	30.102
Casa de força produção hidráulica	441.305	2.080	-	-	-	443.385
Reservatório, barragem, adutora	317.917	1.878	-	-	-	319.795
Adiantamento a fornecedores	3.584	18	(18)	-	-	3.584
Outras máquinas e equipamentos	81.179	760	(22)	(2.533)	-	79.384
	<u>1.363.024</u>	<u>6.542</u>	<u>(2.388)</u>	<u>-</u>	<u>(3.900)</u>	<u>1.363.278</u>
Depreciação acumulada	<u>(160.111)</u>	<u>(32.372)</u>	<u>233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(192.250)</u>
	<u>1.202.913</u>	<u>(25.830)</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>	<u>(3.900)</u>	<u>1.171.028</u>

13. INTANGIVEL(a) Composição do intangível

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Amortização</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Software	20%	1.472	1.138
Medidas compensatórias - licença de operação	10 a 25%	14.562	17.027
Indenização de terras		8.781	1.129
Legalização de terras		<u>802</u>	<u>746</u>
		<u>25.617</u>	<u>20.040</u>
Amortização acumulada		<u>(6.724)</u>	<u>(3.762)</u>
		<u>18.893</u>	<u>16.278</u>

(b) Movimentação do intangível

<u>Descrição</u>	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/15</u>
Software	1.138	355	(21)	1.472
Medidas compensatórias - licença de operação	17.027	-	(2.465)	14.562
Indenização de terras	1.129	7.652	-	8.781
Legalização de terras	<u>746</u>	<u>58</u>	<u>(2)</u>	<u>802</u>
	<u>20.040</u>	<u>8.065</u>	<u>(2.488)</u>	<u>25.617</u>
Amortização acumulada	<u>(3.762)</u>	<u>(2.962)</u>	-	<u>(6.724)</u>
	<u>16.278</u>	<u>5.103</u>	<u>(2.488)</u>	<u>18.893</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/13</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/14</u>
Softwares	1.084	54	-	1.138
Medidas compensatórias - licenças de operação	16.702	325	-	17.027
Indenização de terras	1.301	-	(172)	1.129
Legalização de terras	<u>928</u>	-	<u>(182)</u>	<u>746</u>
	<u>20.015</u>	<u>379</u>	<u>(354)</u>	<u>20.040</u>
Amortização acumulada	<u>(1.131)</u>	<u>(2.848)</u>	<u>217</u>	<u>(3.672)</u>
	<u>18.884</u>	<u>(2.469)</u>	<u>(137)</u>	<u>16.278</u>

As medidas compensatórias referem-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação. Essas licenças têm vigência entre 4 e 10 anos, dependendo da PCH.

14. DIFERIDO

<u>Diferido</u>	<u>Taxa Amortização</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Encargos financeiros	10%	75.735	75.735
Amortização acumulada		<u>(54.330)</u>	<u>(46.756)</u>
		<u>21.405</u>	<u>28.979</u>

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

15. FINANCIAMENTOS - BNDES

	Indexador TJLP + 3,5% a.a.	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
BNDES:			
Principal		418.481	496.325
Encargos		<u>1.692</u>	<u>1.803</u>
		<u>420.173</u>	<u>498.128</u>
Circulante		81.293	81.151
Não circulante		<u>338.880</u>	<u>416.977</u>
		<u>420.173</u>	<u>498.128</u>

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos empréstimos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	79.348
2018	79.348
2019	79.348
2020 a 2021	<u>100.836</u>
	<u>338.880</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldo inicial	498.128	577.633
Encargos provisionados	43.202	44.480
Pagamentos	<u>(121.157)</u>	<u>(123.985)</u>
Saldo final	<u>420.173</u>	<u>498.128</u>

As garantias são conforme se segue:

(a) Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCH Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(b) Pela PCH Participações S.A.

- (i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar;

(c) Pelas beneficiárias (13 PCHs)

- (i) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos;
- (ii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à ELETROBRAS. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação;
- (iii) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.

Os financiamentos possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros estão apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da PCH PARTICIPAÇÕES (ICSD) e das suas controladas (ICP), sendo todos os índices atendidos em 31 de dezembro de 2015.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que a Companhia e suas controladas atenderam todas as cláusulas financeiras restritivas acima em 31 de dezembro de 2015.

16. EMPRÉSTIMOS - CCBS - PETROS

	<u>Indexador</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Cédulas de Crédito Bancário (CCBs):	IGP-M + 9,9% a.a.		
Principal		386.575	204.800
Encargos		<u>266.379</u>	<u>418.128</u>
Total		<u>652.954</u>	<u>622.928</u>
Circulante - Petros		108.057	88.948
Não circulante - Petros		<u>544.897</u>	<u>533.980</u>
Total		<u>652.954</u>	<u>622.928</u>

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$192.000, em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$50.000 e em 30 de junho de 2008, no montante de R\$38.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	108.057
2018	108.057
2019 a 2022	<u>328.783</u>
	<u>544.897</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldo inicial	622.928	622.279
Encargos provisionados	121.537	80.192
Pagamentos	<u>(91.511)</u>	<u>(79.543)</u>
Saldo final	<u>652.954</u>	<u>622.928</u>

As garantias são conforme se segue:

- (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do aditivo do Contrato de Penhor celebrado entre Chipley SP Participações S.A, a Eletroriver S.A e a BSB Energética S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.;
- (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCH Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que a Companhia e suas controladas atenderam todas as cláusulas financeiras restritivas acima em 31 de dezembro de 2015.

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as controladas são parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível.

Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, as suas controladas são parte de processos judiciais natureza administrativa, cível, trabalhista e tributária, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$4.311 e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

A PCH Calheiros é parte de processos judiciais de natureza civil referente a reparação de danos ambientais, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$ 2.618. A PCH São Joaquim é parte em uma discussão tributária com o município de Alfredo Chaves sobre a cobrança de ISS - imposto sobre serviços de qualquer natureza que apresenta risco possível de desembolso futuro no valor de R\$1.403.

A Companhia constituiu provisão para pagamento de honorários advocatícios, no montante de R\$454, relativa a ações de natureza regulatória. Tal provisão foi registrada no passivo circulante.

Com base na posição de seus assessores jurídicos, fundamentado em experiências com processos de naturezas semelhantes, a Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e administrativa, que apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores correspondem a R\$229 na Controladora e R\$445 no consolidado.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ON</u>	<u>%</u>
Chipley SP Participações S.A.	48.035.794	51,00%
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30%
BSB Energética S.A.	<u>13.845.611</u>	<u>14,70%</u>
	<u>94.187.831</u>	<u>100,00%</u>

Resgate das ações preferenciais

A Administração da Companhia, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014, deliberou pelo resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “A”, detidas pelas acionistas (i) Jobelpa S.A. e (ii) A.A. Soluções - Consultoria Empresarial Ltda. e das Ações Preferenciais Classe “B” detidas pelas acionistas (i) Tinto Energética Participações Ltda. e (ii) Marthom S.A., como demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Liquidação dos passivos não circulantes referentes a dividendos provisionados	18.209
Liquidação mediante utilização da reserva de capital	16.888
Liquidação mediante utilização da reserva de lucros	<u>20.427</u>
	<u>55.524</u>

A liquidação financeira desta transação ocorreu em 20 de março de 2014.

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Lucro líquido do exercício	78.984	11.651
(-) Reserva legal	(3.949)	(583)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>75.035</u>	<u>11.068</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	18.759	2.767
Resgate de ações preferenciais	-	<u>1.186</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>56.276</u>	<u>7.115</u>

Em 20 de março de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Receita operacional bruta:		
Venda de energia elétrica	252.332	336.940
Ajuste de MRE	106.085	(97.863)
Ganho auferido com instrumentos financeiros	-	4.737
	<u>358.407</u>	<u>243.814</u>
Deduções à receita operacional:		
PIS	(1.746)	(1.552)
COFINS	<u>(8.051)</u>	<u>(7.171)</u>
	<u>(9.797)</u>	<u>(8.723)</u>
Receita operacional líquida	<u>348.610</u>	<u>235.091</u>

20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS OPERACIONAIS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Amortização despesas pré-operacionais	(7.574)	(7.574)	-	-
Pessoal	(1.498)	(1.795)	(7.060)	(9.080)
Serviços de terceiros	(602)	(142)	(3.447)	(2.250)
Publicações	(72)	(93)	(792)	(960)
Arrendamentos e aluguéis	(7)	(3)	(784)	(1.339)
Viagens	-	-	(225)	(1.022)
Taxas de alterações contratuais - BNDES (a)	-	-	-	(1.470)
Outras despesas	<u>(219)</u>	<u>(201)</u>	<u>(1.548)</u>	<u>(1.481)</u>
	<u>(9.972)</u>	<u>(9.808)</u>	<u>(13.856)</u>	<u>(17.602)</u>

(a) As taxas referem-se aos custos incorridos com alterações contratuais junto ao BNDES e registro dos aditivos em cartório realizados em 2014.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	(121.537)	(80.192)	(164.739)	(124.672)
Instrumento financeiro derivativo	(8.100)	-	(8.100)	-
Despesas bancárias	-	-	(101)	(13)
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(23)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(129.639)</u>	<u>(80.192)</u>	<u>(172.963)</u>	<u>(124.703)</u>
<u>Receitas financeiras:</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	11.177	7.098	17.720	14.623
Instrumento financeiro derivativo	-	4.737	-	-
Outras receitas	<u>460</u>	<u>361</u>	<u>854</u>	<u>446</u>
	<u>11.637</u>	<u>12.196</u>	<u>18.574</u>	<u>15.069</u>
	<u>(118.002)</u>	<u>(67.996)</u>	<u>(154.389)</u>	<u>(109.634)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	78.984	11.651	96.473	29.597
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(26.855)	(3.961)	(32.801)	(10.063)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	63.430	24.076
Efeitos de equivalência patrimonial	70.366	30.415	-	-
Crédito não constituído	(43.511)	(26.454)	(43.511)	(26.450)
Efeito sobre amortização do diferido	-	-	2.574	2.574
Outros Ajustes	-	-	393	(261)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(9.915)	(10.124)
Corrente	-	-	(9.595)	(13.140)
Diferido	-	-	(320)	3.016

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$635 milhões. Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

23. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	111.428	75.708	122.545	85.855
Contas a receber	-	-	27.430	40.091
Dividendos a receber	141.478	136.698	-	-
Outras contas a receber	600	638	260	183
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Ativos vinculados - BNDES	-	-	29.931	63.013
Instrumento financeiro derivativo	-	4.737	-	4.737
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	610	641	3.635	6.001
Empréstimos e financiamentos	652.954	622.928	1.073.127	1.121.056
Dividendos a pagar	25.874	2.767	25.874	2.767
Outros passivos	1.154	423	1.495	1.379
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Instrumento financeiro derivativo	16.995	-	16.995	-

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- (a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado para transações de natureza semelhante, e/ou;
- (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações contábeis.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de financiamentos contratados na Controladora (IGPM) e nas controladas (TJLP).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (14,14%), TJLP (7,5%) e IGPM (10,5%) e do preço da energia convencional (R\$62,18) de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas e preços foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u> <u>31/12/15</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	122.499	Diminuição do CDI	Resultado	17.321	12.991	8.661
Ativos vinculados ao BNDES	29.931	Diminuição do CDI	Resultado	4.232	3.174	2.116
Instrumento financeiro derivativo	(16.995)	Diminuição do preço da energia convencional	Resultado	(5.053)	(6.316)	(7.580)
Empréstimos - BNDES	(420.173)	Aumento da TJLP	Resultado	(31.513)	(39.391)	(47.270)
Empréstimos - Petros	(652.954)	Aumento do IGPM	Resultado	<u>(68.560)</u>	<u>(85.700)</u>	<u>(102.840)</u>
				<u>(83.573)</u>	<u>(115.242)</u>	<u>(146.913)</u>

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam instrumentos financeiros, os quais são mensurados ao valor justo em base recorrente, cuja hierarquia do valor justo é nível 2, conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<u>Nível 2</u>				
Ativos vinculados - BNDES	-	-	29.931	63.013
Instrumento financeiro derivativo - ativo	-	4.737	-	4.737
Instrumento financeiro derivativo - passivo	16.995	-	16.995	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Ativos vinculados - BNDES: os valores de mercado dos ativos foram calculados através da valorização das cotas do fundo de investimento BB Comercial 17.
- Instrumento financeiro derivativo: foi calculado projetando-se o fluxo de caixa até o vencimento das operações, com base nos preços de energia convencional futuro, e trazidos a valor presente.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Seguro de vida

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem a política de seguro de vida a todos os seus funcionários. Os seguros são realizados a nível de grupo e o custo foi pago pela controladora e sua controlada indireta Santa Fé Energética S.A., sendo que em 31 de dezembro de 2015 foi pago a importância de R\$44 (R\$40 em 31 de dezembro de 2014), pela controladora e R\$ 17 pela controlada indireta.

(b) Seguro saúde e odontológico

O seguro saúde e odontológico é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, onde a mesma contribui com a maior parte do custo no plano completo e o colaborador contribui com um valor simbólico, que varia conforme a remuneração individual. O plano oferecido abarca apenas os colaboradores, para os dependentes a Companhia e de suas controladas diretas e indiretas tem a política de negociar um valor diferenciado com débito em folha de pagamento e a responsabilidade da administração limita-se ao montante de contraprestação a pagar à título de seguro saúde e odontológico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas foram de R\$537 (R\$393 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não concedem benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria e seguro, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

25. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2016 e cobertura no montante de R\$20.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$20.000 com vigência até 28 de abril de 2016 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2015, com vigência até 27 de junho de 2016, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.819.049 e lucros cessantes no montante de R\$371.760, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros das controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

26. COMPROMISSOS FUTUROS

- (a) Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia e suas controladas precisam ainda adquirir aproximadamente 590,58 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2018, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$8.062, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2015, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (b) Existem ainda 700,04 hectares a serem reflorestadas que aguardam aprovação dos respectivos PACUERAS pelos agentes licenciadores competentes. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$7.865, para os próximos exercícios, após aprovação dos agentes licenciadores. Em 31 de dezembro de 2015, este valor foi registrado no passivo não circulante.

- (c) Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, foi estimado um gasto total até o prazo de vigência da licença, em R\$12.083. Em 31 de dezembro de 2015, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (d) Indenização de terras - A Companhia e suas controladas registram as obrigações à título de indenização de terras, em montante apurado pela diferença entre o valor do depósito judicial, atualizado monetariamente, e o valor estimado pelo perito nomeado no processo. Em 31 de dezembro de 2015, a provisão monta em R\$ 13.256 e foi registrada no passivo não circulante.
- (e) Legalização de terras - A Companhia e suas controladas possuem contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral de Imóveis - RGI ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$1.394. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2016, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2015, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (f) Honorários de êxito - A Companhia e suas controladas constituíram provisão para pagamentos de honorários advocatícios, por possuir ações cíveis, trabalhistas e tributárias com provável chance de êxito, com gastos estimados em R\$ 250. Em dezembro de 2015, este valor foi registrado no passivo não circulante.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 2015, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

- Baixa de ativo imobilizado, líquida das constituições, no montante de R\$9.088 em contrapartida à rubrica de provisões para compromissos futuros.
- Constituição de ativo intangível, líquida das baixas, no montante de R\$5.243 em contrapartida à rubrica de provisões para compromissos futuros.
- Baixa de depósitos judiciais no montante de R\$4.231 em contrapartida à rubrica de provisões para compromissos futuros.

28. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2016.

Composição do Conselho de Administração

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - Presidente
Ricardo de Lima Assaf - Conselheiro

Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz - Diretor

Edvaldo Alves de Santana - Diretor

Contador

Bruno da Silva Rodrigues
CRC RJ - 116272/O-6